

27 DEZ 1996

GAZETA MERCANTIL

# Sem reeleição, Tasso é a alternativa

Governador do Ceará é o candidato mais forte de FHC ao Planalto, se emenda for rejeitada

por César Felício  
e Rodrigo Mesquita  
de Brasília

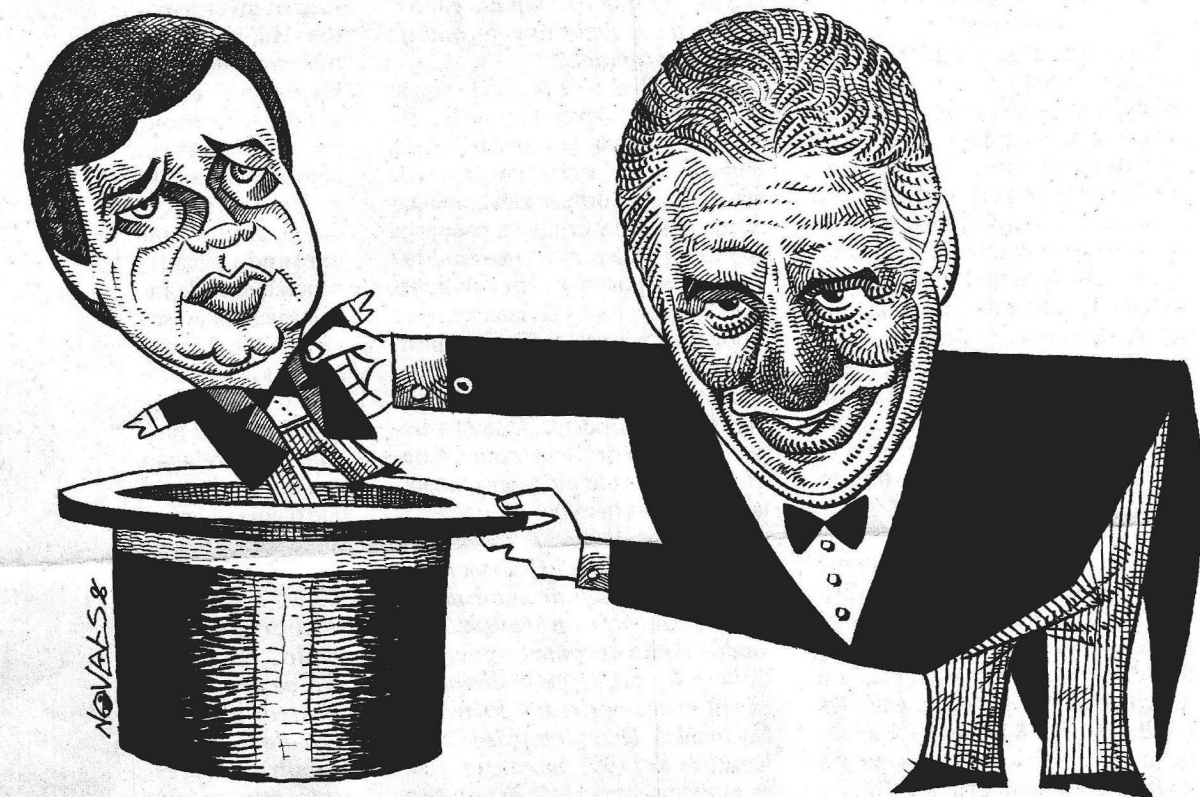
O governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB), começa a ser cogitado como o candidato do presidente Fernando Henrique Cardoso à sua sucessão, na hipótese, ainda considerada remota, de fracassar a emenda da reeleição presidencial. A lembrança de Tasso, deixada expressa pelo próprio presidente no recente encontro do Mercosul em Fortaleza, quando a ele se referiu como “seu sucessor”, indica que o governo federal e os partidos que o apóiam já têm estratégias de ação preparadas para o caso de o mandato de Fernando Henrique terminar mesmo em 1998.

Segundo uma qualificada fonte do Palácio do Planalto, a possibilidade de fracasso da ofensiva pela reeleição é considerada “remotíssima”, mas, caso isso venha a acontecer, o governador cearense é a primeira opção. A segunda é o ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza, que é considerado um grande técnico mas inexperiente demais em política para uma empreitada dessa natureza.

Com uma candidatura presidencial de Tasso Jereissati, são grandes as possibilidades de o PFL resistir ao jogo de sedução do presidencialismo do PPB, o prefeito paulistano Paulo Salim Maluf, e manter a aliança com os tucanos. “Tasso seria um nome que poderíamos apoiar”, afirma o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). É consenso, contudo, que o PFL racharia em um cenário para 1998 sem a nova candidatura de Fernando Henrique.

Os fundadores da legenda, como o vice-presidente Marco Maciel, o presidente licenciado do partido Jorge Bornhausen e o senador Hugo Napoleão tendem a ficar com os tucanos, com a provável companhia de ACM. O baixo clero da legenda deve ir para Maluf.

De acordo com o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), o partido trabalha também com outras opções, aí já excluindo a possibilidade de se manter a aliança com os pefe-



listas. A mais forte delas é o ex-presidente Itamar Franco, atualmente sem partido e com um relacionamento difícil com o PSDB.

Dentro do cenário mais provável, que é a vitória do governo e a aprovação da emenda da reeleição, a primeira meta do presidente Fernando Henrique será atuar de maneira decisiva para a aprovação das emendas da Previdência e da reforma administrativa, de modo a deixar para 1998 um cronograma de inaugurações e iniciativas governamentais que sustentem a sua candidatura. “Fernando Henrique precisa se liberar o quanto antes para a ação administrativa”, disse o presidente nacional do PSDB, senador Teotônio Vilela Filho (AL).

O desafio seguinte é arrumar uma fórmula de manter a ampla coligação que o sustenta hoje unida para 1998. Especialmente, pensar em uma maneira de manter aliados o PMDB e o PPB, que não terão a Presidência e a Vice-Presidência da República. “Se for uma mera reedição da aliança

PSDB-PFL-PTB que foi feita em 1994, não há por que o PPB aderir”, adverte o presidente nacional pepebista, senador Esperidião Amin (SC).

Para o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), um caminho para se manter essa unidade poderia ser uma composição beneficiando o PMDB e o PPB na disputa pelos governos estaduais. “Vai ter de ser feito um acerto estado por estado”, acredita. A recepção dos dois partidos a essa possibilidade é fria.

“Nunca vi na minha vida um acerto global para candidaturas estaduais traçado em Brasília. Isso nunca funcionou”, comenta o líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA). “Alguém imagina o governador paulista, Mário Covas, deixando de concorrer contra Paulo Maluf em São Paulo? Nesse caso, quem o Fernando Henrique iria apoiar?”, indaga o líder do PPB no Senado, Epitácio Cafeteira (MA).

É por isso que caciques governistas como o senador Antônio Carlos

Magalhães acreditam que talvez o governo não tenha uma vitória completa na emenda da reeleição. “A reeleição para Fernando Henrique é uma idéia fortíssima, está muito mais forte do que a imprensa imagina. A dos governadores, contudo, ainda está sujeita a percalços”, afirmou.

Pelo lado da oposição, a única certeza é que dificilmente haverá a mesma união dos partidos de esquerda registrada nas eleições presidenciais de 1994 e 1989. “A Frente Brasil Popular não tem como ser reeditada”, afirmou o senador Roberto Freire (PPS-PE), se referindo à coligação que reuniu todos os partidos de esquerda, com exceção do PDT, em torno do candidato petista, Luís Inácio Lula da Silva, no último pleito. Segundo Freire, “a esquerda moderna não faz mais aliança pelo passado”. O senador pernambucano considera “um bom nome” o do governador paranaense Jaime Lerner (PDT), caso este não possa disputar a própria reeleição.